

RECOMENDAÇÃO N.º 34 À Subsecretaria de Gestão Administrativa e Patrimonial Fortalecer a gestão do serviço de cadastro dos imóveis (dados físicos e cartoriais), agilizando as validações e atualizações cadastrais dos imóveis estaduais, bem como regularização de titularidades dos imóveis estaduais, em conformidade com o disposto no DE n.º 46.299/18 - art. 4º, II e III.

RECOMENDAÇÃO N.º 35 À Subsecretaria de Gestão Administrativa e Patrimonial Atualizar as informações da página na internet do Órgão Central de Gestão Patrimonial Imobiliária, que ainda está vinculada à Sefaz, em atendimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 46.299/18 - art. 4º, IV, 5º, I.

RECOMENDAÇÃO N.º 36 À Subsecretaria de Gestão Administrativa e Patrimonial Dotar de recursos humanos, tecnológicos, físicos e de capacitação visando à melhoria da capacidade operacional do Órgão Central de Gestão Patrimonial Imobiliária, para que possa bem cumprir suas competências dispostas no DE n.º 46.299/18 - art.6º e incisos.

RECOMENDAÇÃO N.º 37 À Subsecretaria de Gestão Administrativa e Patrimonial Estudar a viabilidade de fornecer cursos de avaliação de imóveis para os gestores dos órgãos e entidades estaduais, bem como a edição de um normativo de avaliação de imóveis, a exemplo da IN SPU/ME n.º 67, de 20.09.22, em atendimento ao disposto no DE n.º 46.299/18 - art. 4º, V e VI.

RECOMENDAÇÃO N.º 38 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Capacitar os órgãos e entidades estaduais, incluindo as empresas e sociedade de economia mista, para aplicação do Manual de Contabilização dos Bens Imóveis editado em 19.12.22, conforme disposto no DE n.º 43.463/12 - art.15, XIV e XV.

RECOMENDAÇÃO N.º 39 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Atualizar e/ou editar novas portarias, orientações e manuais técnicos contábeis vigentes relacionadas à contabilização do ativo imobilizado - bens móveis, bens imóveis, bens de infraestrutura e obras em andamento, incluindo os bens sob concessão, de acordo com os normativos atualmente vigentes, a exemplo de edições atuais do MCASP, NBC TSP e PCASP Estendido, com posterior capacitação aos gestores dos órgãos estaduais, conforme disposto no DE n.º 43.463/12 - art.15, I, III, IX, XII, XIV, XV e XVI.

RECOMENDAÇÃO N.º 40 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Contemplar nos normativos novos e/ou atualizados para o ativo imobilizado - bens móveis, bens imóveis, bens de infraestrutura e obras em andamento - que serão gerados, incluindo os bens sob concessão, uma parte prática que inclua soluções de registros de dúvidas recorrentes dos executores e situações-problemas apresentadas neste relatório, de forma que sua aplicação seja mais efetiva pelos executores dos órgãos e entidades estaduais, conforme disposto no DE 43.463/12 - art.15, I, III, XII, XIII, XIV, XV e XVI.

RECOMENDAÇÃO N.º 41 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Atualizar anualmente o Plano de Contas do Siafe-Rio com base nas atualizações anuais do PCASP Estendido disponibilizados no site do Tesouro Nacional Transparente e com base nas necessidades específicas do ente; entretanto, atentando para a regularização das codificações e nomenclaturas das contas que em muitos casos estão diferentes, conforme disposto no DE n.º 43.463/12 - art.15, I, III.

RECOMENDAÇÃO N.º 42 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Capacitar frequentemente os representantes dos setores contábeis dos órgãos e entidades estaduais na utilização dos Planos de Contas que são anualmente atualizados pelo Tesouro Nacional, de forma que usem de forma correta e adequada nos registros contábeis, conforme disposto no DE n.º 43.463/12 - art.15, I, III, XIV e XV.

RECOMENDAÇÃO N.º 43 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro Verificar a possibilidade de incluir na codificação das Inscrições Genéricas dos bens imóveis o número do seu FIP, que é a chave de identificação do imóvel no Sispat. No caso de o imóvel não pertencer ao Sispat, em especial para aqueles que pertencem a fundação, empresas e companhias e que não sejam controlados/geridos pelo órgão central, que seja incluída a sua chave de identificação atribuída pela própria entidade, se for o caso, conforme disposto no DE n.º 43.463/12 - art.15, IX e XXI.

RECOMENDAÇÃO N.º 44 À Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Realizar um trabalho conjunto de atualizar as codificações e nomenclaturas das contas contábeis que são utilizadas nos inventários de bens móveis dos órgãos e entidades estaduais, com base nas atualizações anuais do PCASP Estendido que devem ser também adotadas pelo Plano de Contas do Siafe-Rio, com posterior capacitação aos gestores dos órgãos e entidades estaduais, conforme disposto no DE n.º 46.048/17 - art. 6º e DE n.º 43.463/12 - art.15, I, III, IX e XV.

RECOMENDAÇÃO N.º 45 Ao Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro Agilizar a finalização da migração do Sistema Sispat, bem como as etapas posteriores de avaliação, suporte, manutenção e desenvolvimento deste sistema, objetivando proporcionar uma plataforma digital que otimize a gestão patrimonial imobiliária do seu órgão central - SECC, conforme disposto no DE n.º 46.299/18 - art.6º, I.

RECOMENDAÇÃO N.º 46 Ao Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro Agilizar a implantação de forma plena e integral do Sistema SBM-RJ, objetivando disponibilizar uma plataforma digital que otimize a gestão patrimonial mobiliária pelos órgãos e entidades estaduais e pelo seu órgão central - SEPLAG, em conformidade com o disposto no DE n.º 46048/17 - arts 2º, 3º, 4º e 6º.

OBSERVAÇÃO N.º 2 Deverão ser feitos ajustes, de forma que o saldo da conta contábil 7.9.9.1.1.22.01 no início de 2023 tenha paridade com o saldo de R\$1.573.109.361, considerando os aspectos elencados no Tópico 2.10.1.3, tendo em vista a adequada contabilização e controle dos créditos a receber da Faperj.

RECOMENDAÇÃO N.º 47 À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Efetuar os registros de inscrição dos créditos a receber da Faperj considerando a legislação vigente e a metodologia exposta por esta Corte de Contas. Nesse sentido, proceda aos ajustes dos créditos a receber da Faperj na conta contábil 7.9.9.1.1.22.01, na Unidade Gestora 404100 - Faperj, de forma que os saldos iniciais do exercício de 2023 das contas correntes sejam os seguintes:

Conta Contábil - 799112201	
	R\$ 1
Conta Corrente	Saldo inicial de 2023
2015.42498675000152	243.898.243
2016.42498675000152	270.774.080
2017.42498675000152	333.995.897
2018.42498675000152	341.773.759
2019.42498675000152	23.440.496
2020.42498675000152	359.226.885
2021.42498675000152	0
2022.42498675000152	0

Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao Sr. Claudio Bomfim de Castro e Silva, Governador reeleito do Estado do Rio de Janeiro, para que tome ciência quanto à presente decisão, bem como seja alertado quanto ao fato de que, até o final de seu novo mandato que se encerra em 2026, cumpre com a destinação de recursos orçamentários vinculados à Faperj, nos termos do art. 332 da Constituição do ERJ, promovendo o repasse integral àquela Fundação dos créditos a receber ainda pendentes de repasse de exercícios anteriores, no montante de R\$1.573.109.361, sob pena de emissão de parecer contrário por esta Corte na Prestação de Contas de Governo do exercício de 2026, último ano de seu mandato. Processo TCERJ nº 104.095-8/23 448

3. Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Estado de Fazenda, para que sejam alertados, nos termos do art. 59, § 1º, inciso V da LRF, quanto à necessidade da adoção de providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio De Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Estado, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

4. Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao atual responsável pela Controladoria Geral do Estado, para que adote providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio De Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Estado, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

5. Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao atual Diretor Presidente do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA para que tome ciência quanto à necessidade de adotar providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio De Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Estado, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

6. Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao atual responsável pela Controladoria Geral do Estado, para que: a. seja cientificado acerca da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF; b. promova o envio de resposta, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, por meio de relatório circunstanciado, da análise acerca do cumprimento das determinações oriundas do resultado do Relatório de Auditoria Financeira consignadas nestas Contas (Determinações nos 1 a 52) e pormenorizadas nos autos do Processo TCE-RJ n.º 102.414- 2/2022, c. promova o envio de resposta, no prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, por meio de relatório circunstanciado, da análise acerca do cumprimento das determinações oriundas do resultado de análises macro e fiscais consignadas nestas Contas - Determinações nos 53 a 69.

7. Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no art. 26, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal (Deliberação nº 167 de 10 de dezembro de 1992), ao atual Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj, dando-lhe ciência da presente decisão.

Id: 2484184

Edital de comunicação

Conforme disposto no art. 11, parag. 1 e 2 da Deliberação TCE-RJ 306, de 18 de março de 2020, ficam cientes os jurisdicionados abaixo, para cujas mensagens do correio eletrônico vinculado ao SICODI não houve confirmação de abertura.

Ofício SICODI entregue em 06/06/2023.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	OFÍCIO	CPF
210191-9/2020	ARTHUR VINICIUS DE SOUSA BASTOS PINTO	CGC 15308/2023	071.423.437-02
202134-9/2023	CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	CGC 14248/2023	809.988.287-34
221506-9/2021	CATIA DA SILVA FERRAZ	CGC 15313/2023	080.472.917-42
225236-9/2015	DANIELLE DE SOUZA SOARES PRUDENTE	CGC 15307/2023	083.679.247-54
205388-2/2014	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15309/2023	053.278.587-82
104224-7/2021	JOAO RICARDO DA SILVA PILOTTO	CGC 15310/2023	556.886.837-91
221506-9/2021	LEANDRO MACHADO FERREIRA	CGC 15312/2023	104.277.457-99
105307-6/2023	MURILO PROVENÇANO DOS REIS LEAL	CGC 15319/2023	081.403.717-85
220207-9/2013	PAULO ROBERTO PATULEIA	CGC 15314/2023	094.915.977-87
204130-7/2023	THAMIRES NASCIMENTO STROJNOWSKI	2ºCAP 812/2023	330.672.308-84

Id: 2484165

Edital de comunicação

Conforme disposto no art. 11, parag. 1 e 2 da Deliberação TCE-RJ 306, de 18 de março de 2020, ficam cientes os jurisdicionados abaixo, para cujas mensagens do correio eletrônico vinculado ao SICODI não houve confirmação de abertura.

Ofício SICODI entregue em 05/06/2023.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	OFÍCIO CSO / CGC	CPF
226507-9/2013	ADRIANA BEZERRA CAMPOS	CGC 15274/2023	073.884.077-74
215696-7/2013	ARTHUR VINICIUS DE SOUSA BASTOS PINTO	CGC 15302/2023	071.423.437-02
810878-6/2016	CARLOS DIMITRIUS MANGEOON RAMPASSO	CGC 15129/2023	006.615.067-11
810863-1/2016	CARLOS DIMITRIUS MANGEOON RAMPASSO	CGC 15134/2023	006.615.067-11
237753-3/2010	EDGAR ANTONIO COELHO DE OLIVEIRA	CGC 15290/2023	544.947.707-44
272733-6/2015	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15287/2023	053.278.587-82
239773-7/2010	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15289/2023	053.278.587-82
227898-1/2012	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15291/2023	053.278.587-82
224379-0/2010	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15292/2023	053.278.587-82
202503-7/2016	FABRICIO MERCANDELLI RAMOS DE ALMEIDA	CGC 15299/2023	053.278.587-82
203337-5/2012	JULIANA MACEDO PEREIRA BRAGA	CGC 15279/2023	120.427.297-28
201678-3/2012	JULIANA MACEDO PEREIRA BRAGA	CGC 15284/2023	120.427.297-28
109890-0/2014	LUCIANO OLIVEIRA MATOS DE SOUZA	CGC 15278/2023	936.895.197-72
221355-2/2006	LUIZ HENRIQUE FELGA FERREIRA	CGC 15295/2023	019.142.057-31
230977-1/2023	MARCELINO CARLOS DIAS BORBA	CGC 15280/2023	004.940.517-95
206270-0/2011	MARCOS ALVES PINTO	CGC 15270/2023	981.661.407-30
230353-9/2023	MARIO TERRA AREAS FILHO	CGC 15305/2023	538.270.827-49

Id: 2484154

PAUTA ESPECIAL Nº 059/2023

Na forma do disposto no § 3º do art. 269 do Regimento Interno TCE-RJ, foram incluídos - em decorrência de despacho exarado pelo Relator - em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão PRESENCIAL de 21/06/2023, os seguintes processos:

RELATOR: CONSELHEIRO MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO

Processo TCE nº 207.966-3/2022 - REPRESENTAÇÃO/FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI/Recurso de Reconsideração

Processo TCE nº 222.254-5/2021 - APOSENTADORIA/INST PREV ASST SERV DE SAO GONÇALO- IPASG/Recurso de Reconsideração

Processo TCE nº 222.482-2/2020 - RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL/MONITORAMENTO - ORDINÁRIA/PREFEITURA DE PATY DO ALFERES/Recurso de Reconsideração

Processo TCE nº 225.325-9/2020 - RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL/MONITORAMENTO - ORDINÁRIA/PREFEITURA DE TANGUÁ/Recurso de Reconsideração

Processo TCE nº 231.762-9/2022 - RECURSO DE REVISÃO DE DECISÃO/PREFEITURA DE PETRÓPOLIS/Recurso de Revisão

Id: 2484254

PAUTA ESPECIAL Nº 146/2023

Na forma do disposto no § 3º do art. 269 do Regimento Interno TCE-RJ, foram incluídos - em decorrência de despacho exarado pelo Relator - em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão VIRTUAL de 19/06/2023, os seguintes processos:

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA

Processo TCE nº 100.311-9/2013 - TOMADA DE CONTAS/ESPECIAL/EMATER-EMP ASSIST TECN E EXT RURAL RJ/Recurso de Reconsideração interposto por CAMILO LELIS VARGAS DA SILVA

Processo TCE nº 205.721-2/1999 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO/CONVERTIDO EM TOMADA DE CONTAS EX-OFÍCIO/PREFEITURA DE TERESÓPOLIS/Recurso de Reconsideração interposto por LUIZ BARBOSA CORRÊA e MARILDA COPELO e ALINE DO NASCIMENTO CUPELLO e ELIAS DE SOUZA MARTINS e JOZIA RODRIGUES VIDAL e AFAF FRANCIS RIBEIRO

ADVOGADO: DR. EDGARD DE SOUZA NOGUEIRA - OAB/RJ 4.674; DRA. NATHÁLIA PINNA DO AMARAL RODRIGUES - OAB/RJ 198.954; DR. ANDRÉ LUIS FARES FRANCIS - OAB/RJ 66.211

Processo TCE nº 215.086-3/2020 - RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL/AUDITORIA DE CONFORMIDADE - ORDINÁRIA/PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/Recurso de Reconsideração interposto por MARCUS VINICIUS DE MORAES GUIMARÃES e por WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA e por MARISE MOREIRA RIBEIRO e por MARILDA DE PAULA E SILVA e por CLAUDIA DE ARAUJO VIANA e por COOPERATIVA CENTRAL DE TRABALHO LTDA

ADVOGADOS: DR. RICARDO AFFONSO RAMOS - OAB/RJ 173.570; DRA. MARCELA TAVARES CARNEIRO - OAB/RJ 148.779; DRA. FLAVIA DE VIVEIROS MOREIRA - OAB/RJ 162.743

Processo TCE nº 216.088-3/2014 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/SUBVENÇÃO E AUXÍLIO/FUNDO MUN INF ADOL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/Recurso de Reconsideração interposto por ASSOCIAÇÃO VIDAMOR (REPRESENTANTE LEGAL SR. FERNANDO CESAR GOMES)

ADVOGADOS: DR. FÁBIO RODRIGUES SIQUEIRA - OAB/RJ129.717; DR. MARCUS WELBER GOMES DA SILVA - OAB/RJ 150.334; DR. DOUGLAS FELIPE MARQUES DA SILVA GOMES - OAB/RJ 216.212

Processo TCE nº 225.258-0/2020 - RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL/MONITORAMENTO - ORDINÁRIA/PREFEITURA DE SANTA MARIA MADALENA/Recurso de Reconsideração interposto por CARLOS ALBERTO DE MATOS BOTELHO e por CLEMENTINO DA CONCEIÇÃO

Processo TCE nº 238.579-8/2018 - RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL/AUDITORIA DE CONFORMIDADE - ORDINÁRIA/PREFEITURA DE ITAGUAÍ/Recurso de Reconsideração interposto por RUBEM VIEIRA DE SOUZA

Id: 2484205

<b>PAUTA ESPECIAL DO PLENÁRIO Nº 147/2023</b> <b>SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 19/06/2023</b> (Art. 269, § 3º do Regimento Interno TCE-RJ)  <b>EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO</b>  <b>RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA</b> <b>MUNICÍPIO:</b> ARRAIAL DO CABO <b>INTERESSADOS:</b> WANDERSON CARDOSO DE BRITO REGINALDO MENDES LEITE e BENVINDO GOMES DE SOUZA <b>CONTAS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010</b> <b>PROCESSO TCE-RJ Nº 216.147-9/2011</b>
---

Id: 2484247

<b>PAUTA ESPECIAL DO PLENÁRIO Nº 148/2023</b> <b>SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 19/06/2023</b> (Art. 269, § 3º do Regimento Interno TCE-RJ)  <b>EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO</b>  <b>RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA</b> <b>MUNICÍPIO:</b> SANTA MARIA MADALENA <b>INTERESSADOS:</b> FERNANDO CÉSAR DIAZ ANDRÉ DUARTE CLEMENTINO DA CONCEIÇÃO e LUIZA CARDOSO RIZZETO <b>CONTAS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014</b> <b>PROCESSO TCE-RJ Nº 230.175-6/2015</b>
---

Id: 2484248

**DECISÃO MONOCRÁTICA**  
**(Arts. 249 e 250 do Regimento Interno TCE-RJ)**  
**06/06/2023**

**CONSELHEIRO MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO**

Município de ARRAIAL DO CABO

Órgão: PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

**Processo TCE nº 220471-5/2023 - Decisões:** DEFERIMENTO, ENCAMINHAMENTO, ANEXAÇÃO, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO

Município de GUAPIMIRIM

Órgão: PREFEITURA DE GUAPIMIRIM

**Processo TCE nº 222465-0/2023 - Decisões:** CONHECIMENTO, DEFERIMENTO, SOBRESTAMENTO, COMUNICAÇÃO, DETERMINAÇÃO, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO, REMESSA

**DECISÃO MONOCRÁTICA**  
**(Arts. 249 e 250 do Regimento Interno TCE-RJ)**  
**06/06/2023**

**CONSELHEIRA MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Órgão: INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

**Processo TCE nº 106219-3/2016 - Interessado:** CARLOS JOSÉ RAMOS DE JESUS SANTOS - **Decisões:** QUITAÇÃO DA MULTA, REMESSA

Órgão: SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUDERJ

**Processo TCE nº 108959-8/2007 - Decisão:** COMUNICAÇÃO

Município de ARARUAMA

Órgão: PREFEITURA DE ARARUAMA

**Processo TCE nº 210572-3/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

Município de BARRA DO PIRAI

Órgão: PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI

**Processo TCE nº 226983-0/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

**Processo TCE nº 226985-8/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

Município de BARRA MANSÁ

Órgão: PREFEITURA DE BARRA MANSÁ

**Processo TCE nº 205574-4/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

**Processo TCE nº 205581-7/2023 - Decisão:** ARQUIVAMENTO

Município de MACUCO

Órgão: PREFEITURA DE MACUCO

**Processo TCE nº 204097-9/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

Município de PIRAI

Órgão: PREFEITURA DE PIRAI

**Processo TCE nº 229958-5/2014 - Decisão:** ENCAMINHAMENTO

Município de RIO BONITO

Órgão: PREFEITURA DE RIO BONITO

**Processo TCE nº 227136-6/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

**Processo TCE nº 227141-1/2023 - Decisões:** COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

Município de SÃO JOÃO DE MERITI

Órgão: PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI

**Processo TCE nº 214656-2/2019 - Decisão:** ENCAMINHAMENTO

Município de SÃO PEDRO DA ALDEIA

Órgão: PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

**Processo TCE nº 202862-8/2023 - Decisão:** ARQUIVAMENTO

Id: 2484196

Secretaria-Geral de Administração

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

**ATO DO COORDENADOR-GERAL CAP**  
**DE 07.06.2023**

Portaria nº 0006/2023 - Designa os servidores abaixo qualificados para exercício nos órgãos e datas de validade a seguir informados:

CESAR MAIA LOURENÇO, matrícula nº 02/002841/0-6, Técnico de Controle Externo, para exercer suas funções na Coordenadoria de Análise de Atos de Pessoal Sujeitos a Registro, da SUB-PESSOAL da SGE, a contar de 01 de maio de 2023;

MARCIO JOSE SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 02/004309/0-0, Auditor